



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

13/07/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. CASO DÉCIO SÁ.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CONVÊNIOS.....	4 - 6
3.2. INSTITUCIONAL.....	7 - 17
3.3. PRESIDÊNCIA.....	18
3.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	19
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	20 - 21
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DESEMBARGADOR.....	22
5.2. PRESIDÊNCIA.....	23

Acusado da morte de Décio Sá é preso por acusação de cobranças e ameaças no interior do Maranhão

O empresário José Raimundo Sales Chaves, conhecido como 'Júnior Bolinha' estaria fazendo cobranças exorbitantes a um homem no município de Olho d'Água das Cunhãs'. Bolinha também responde em liberdade pela morte do jornalista Décio Sá, em 2012

A Polícia Civil prendeu na manhã de quarta-feira (11) o empresário José Raimundo Sales Chaves, conhecido como 'Júnior Bolinha'. Ele chegou algemado a Superintendência Estadual de Investigações Criminais para prestar depoimento, mas será encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

De acordo com o delegado de combate ao crime organizado, Gil Gonçalves, os motivos da prisão são as ameaças a um homem que estaria com uma dívida com Júnior que vem do ano de 2012.

"O senhor Júnior estaria fazendo cobranças exorbitantes desta dívida que ocorrera anos antes. Ele foi até o município de Olho D'água das Cunhãs acompanhado de outras pessoas, ameaçado a pessoa e subtraído a caminhonete

como forma de coagá-lo a pagar a dívida. Também foi dado um prazo para a dívida ser quitada", afirmou o delegado.

Outro caso

"Júnior Bolinha" também é acusado de estar envolvido na morte do jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril de 2012. Segundo o inquérito policial, ele teria intermediado a contratação do pistoleiro Jhonathan de Sousa Silva pelos mandantes Gláucio Alencar e seu pai, José Miranda.

No dia 14 de dezembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu alvará de soltura para que ele possa responder ao processo em liberdade. De acordo com a Polícia, a prisão ocorrida na quarta (11) não tem ligação com o assassinato do jornalista Décio Sá. **(G1 MA)**



Júnior Bolinha também responde pela morte do jornalista Décio Sá em 2012.



TRIVIAL VARIADO

O desembargador José Bernardo Rodrigues era a presença mais festejada no concorrido almoço de ontem no Restaurante Senac. Conversa agradável e inteligente, ele atraiu para si todas as atenções dos presentes.



Modernização do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, registra significativos avanços em seis meses de gestão à frente do Poder Judiciário estadual.

No período, o magistrado desenvolveu importantes ações institucionais para a modernização dos serviços judiciários no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional.

Para o desembargador, “o prestígio da Justiça, o apreço, a estima e a confiança que para ela se deseja depende, antes de tudo, do esforço e dedicação dos membros do Poder Judiciário, para que a Justiça – gerindo processos efetivamente justos – seja o instrumento a ampliar os espaços de democracia real”.

DIVULGAÇÃO



Entrevista// **ALBERTO BASTOS**

O desafio de mudar a Defensoria

O advogado e professor Alberto Pessoa Bastos, que assumiu a Defensoria Pública Geral do Maranhão, tem como maior desafio fazer com que a população carente tenha acesso à Justiça. **POLÍTICA**

Entrevista// ALBERTO PESSOA BASTOS

Os desafios de Alberto Bastos

O advogado e professor Alberto Pessoa Bastos, que assumiu a Defensoria Pública Geral do Maranhão, tem como maior desafio fazer com que a população carente tenha acesso à Justiça

RAIMUNDO BORGES
(DIRETOR DE REDAÇÃO)
E CAMILA PEREIRA

Com pouco mais de um mês no cargo de Defensor Público-Geral do Maranhão, o advogado e professor Alberto Pessoa Bastos tem como maior desafio fazer com a população carente tenha acesso à justiça. Embora a Defensoria não esteja instalada em todo o Maranhão, ele pretende construir estratégias que permitam, ao máximo, levar as demandas judiciais, de quem não pode pagar advogado, a ter seus direitos garantidos em todas as áreas.

Um dos pontos-chaves para a atuação dos defensores públicos é promover acordos que beneficiem, principalmente, a parte de menor poder no processo. Sempre da forma mais rápida, mais efetiva e sem a necessidade de ingressar com uma ação judicial, que às vezes demora muito tempo. Outro desafio é levar a advocacia pública das atuais 37 comarcas para todas do Maranhão, como manda a Constituição.

O Imparcial – Como o senhor está chegando a essa nova fase da carreira à frente da Defensoria Pública do Estado do Maranhão?

Para mim, é muito desafiador. A gente pretende implementar uma nova metodologia de atendimento na Defensoria Pública do Estado. Pretendemos inovar para fazer com o que defensor consiga resolver administrativamente os conflitos que chegam até ele. Conseguimos fazer isso com sucesso no Núcleo de Defesa do Consumidor, do qual fui coordenador. A gente consegue promover o acesso à Justiça de forma mais rápida, mais efetiva, sem a necessidade de ingressar com uma ação judicial, que às vezes demora muito tempo.

Alberto Bastos, a ideia é fazer o fluxo dos procedimentos de forma eletrônica diminuir os gastos postais. Na maioria das vezes é necessário?

O maior desafio hoje da Defensoria Pública é fazer com que todos os ramos de atuação sejam também resolutivos. Pela via eletrônica as coisas sempre fluem com muito mais rapidez. Sem dúvida é necessário.

Qual é a maior demanda da Defensoria Pública do Estado?

Na área de família. Essa engloba pensão alimentícia, divórcio, execução de alimentos... Esse é nosso principal, digamos "carro-chefe" da defensoria, dentre tantas outras formas de reivindicações que chegam.



Investir na estruturação de pessoal para que se consiga realizar acordos extrajudiciais, por exemplo, é necessário ter pelo menos um assessor jurídico por núcleo, isso não acontece

DIVULGAÇÃO



Existe resistência de pais em reconhecer a paternidade, mesmo diante da evolução na legislação – com muito mais rigor sobre essa parte do direito de família?

Existe bastante. Por conta disso, estamos formatando o termo de cooperação com o Tribunal de Justiça, para que o assistido seja atendido o mais rápido possível. Hoje, demora cerca de três meses em média, nos casos de pensão alimentícia, para a parte contrária ser chamado a prestar esclarecimentos. Nossa proposta é que essa espera diminua para 20 dias úteis, facilitando a vida de quem precisa da assistência.

E quando é um pai que não tem condições de suprir essa demanda regida pela legislação, qual o papel da Defensoria para encontrar uma saída?

De acordo com a lei, a criança tem que receber assistência. Mas, às vezes, o pai não tem muita possibilidade, no entanto, o filho tem necessidade. Em casos como esses colocamos o valor mínimo como, por exemplo, R\$ 50 reais mensais. Esse valor, mesmo pequeno, contribui para o sustento dos filhos e também representa caráter da responsabilidade paterna.

Quando em um município não consta a representação da Defensoria Pública, a população pode se direcionar à capital ou a um núcleo mais próximo?

Infelizmente essa pessoa fica desassistida, o defensor público não tem condições de acompanhar um processo em outra comarca. Ele só consegue dar andamento às demandas na comarca na qual atua. Então hoje nós estamos em 34% das comarcas, logo, com cálculos simples, percebe-se que, cerca de 65% das comarcas do Maranhão, estão sem esse instrumento de garantia de direitos. Nosso maior desafio é chegar a todos os municípios. Logo, uma das minhas principais metas é fazer melhorar essa capilarização. Entendemos que o Poder Executivo tem várias ou-



A gente consegue promover o acesso à Justiça de forma mais rápida, mais efetiva, sem a necessidade de ingressar com uma ação judicial, que às vezes demora muito tempo

tras despesas, como saúde, segurança pública... mas entendemos também que o acesso à justiça faz parte dessas prioridades. Estamos buscando parcerias com outros órgãos para tentar fomentar os recursos da instituição, além do orçamento próprio.

A Defensoria Pública chega a ter conflitos com o Ministério Público na sua área de atuação?

Nem tanto. O Ministério Público tem uma atuação primordial em favor da tutela coletiva. A Defensoria também tem esse viés, atuando em favor de um indivíduo ou de uma coletividade. No entanto, ele não coincide, pelo fato de o nosso trabalho ser voltado para a coletividade carente. É um trabalho coletivo que visa dar maior dignidade para aquela população, transformando realidade social de um espaço social.

O orçamento da Defensoria consegue atender toda essa demanda?

Atualmente a gente precisa melhorar o nosso orçamento para que possa ter mais capilaridade. Investir na estruturação de pessoal para que se consiga realizar acordos extrajudiciais, por

exemplo, é necessário ter pelo menos um assessor jurídico por núcleo, isso não acontece. É preciso nomear ou fazer concurso.

Quando envolve situação de apenados em relação a filhos, como é resolvido por parte da Defensoria?

Temos um núcleo de execução penal aqui na capital, contendo 13 defensores que cuidam desse trabalho especializado. Mas em relação a filhos visitarem pais na penitenciária, a defensoria ganhou até o "Prêmio Inovar", em 2014. As crianças não podiam visitar os pais, porque os pais ainda não os tinham reconhecido como filhos. Como não tinha documento para provar isso, a visita não era autorizada. Pensando nisso, a Defensoria usou o reconhecimento espontâneo por parte dos pais, para que os filhos pudessem ser registrados no cartório, comprovado a paternidade. Assim fazendo com que esse encontro entre pais e filhos fosse possível. A ideia é expandir esse projeto para todo o interior do estado.



Mas em relação a filhos visitarem pais na penitenciária, a defensoria ganhou até o 'Prêmio Inovar', em 2014. As crianças não podiam visitar os pais, porque os pais ainda não os tinham reconhecido como filhos

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA/COMPTON PRESS



Em defesa do Cajueiro

Sociedade civil organizada se mobiliza contra decisão do Tribunal de Justiça de tirar das mãos do juiz Douglas Melo a análise de questões sobre a comunidade do Cajueiro. A localidade integra a Resex Tauá-Mirim, que abrange outras 11 comunidades.

VIDA

Em defesa do Cajueiro

Sociedade civil organizada se mobiliza contra decisão do Tribunal de Justiça de tirar das mãos do juiz Douglas Melo a análise de questões sobre o Cajueiro



PATRICIA CUNHA

Um documento assinado por centenas de pessoas de movimentos sociais, populares, culturais, estudantis e sindicais, povos e comunidades tradicionais, associações e uniões de moradores, organizações não governamentais, grupos de pesquisa universitários, dentre outras organizações da sociedade civil, se manifesta pelo afastamento do juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, da condução dos processos relativos à construção do porto no Cajueiro. O documento pedindo a reversão da decisão será entregue hoje pela manhã no Tribunal de Justiça,

“A referida decisão acatou a tese de que o magistrado possui parcialidade ao analisar as causas que tem como parte a empresa WPR por possuir relações de amizade íntima com o defensor público Alberto Tavares de Araújo e Silva e com sua esposa Silvana dos Reis Gonçalves de Araújo e Silva. É fato que juiz e defensor foram membros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos no mesmo mandato e esta seria a prova da amizade íntima entre os dois. Além disso, a imparcialidade do juiz decorreria de sua participação em evento organizado pela Central Sindical e Popular CSP Conlutas, esta supostamente contrária à WPR.

Não há precedente no Judiciário de algum juiz ou desembargador ter sido declarado suspeito por ter participado de algum órgão ou entidade com alguma parte ou ter participado de algum evento com entidades de representação de classe empresarial”, diz um trecho da nota.

Há um conjunto de advogados ligados a movimentos sociais que está analisando a situação para tentar reverter a decisão. Para o jornalista Cláudio Castro, integrante e apoiador do Movimento de Defesa da Ilha, o descontentamento se dá pelo fato de que o juiz estava desempenhando seu papel.

“Não foi julgado o processo e, sim, uma causa incidental, que foi a suspeição do juiz, afastado dos processos por contrariar os interesses de uma parte (WPR) e porque estava cumprindo com a sua função. Estão sendo feitas as análises podendo, inclusive, haver uma representação no Conselho Nacional de Justiça. Essa carta vai ser protocolada para que o Tribunal saiba do descontentamento da sociedade civil com essa situação. Só que, enquanto isso não se define, é uma preocupação, porque o processo fica parado, mas as máquinas estão lá, acabando como meio ambiente. A destruição do Cajueiro está chegando em um ponto irreversível e, se o processo for julgado favorável para a comunidade, não tem como recompor o que está sendo destruído”, aponta o assessor.

Segundo o dirigente licenciado da CSP Conlutas, Saulo Arcangeli, a disputa no local vem se arrastando nesses quatro anos com muito enfrentamento. Ele recorda que no início houve violência e um saldo de 19 casas derrubadas. A comunidade nasceu em 1864, foi um quilombo e tem o primeiro terreiro do Maranhão. No local, moram famílias seculares.

“No início, houve muito assédio aos trabalhadores que são de uma comunidade tradicional. É uma luta de enfrentamento e também jurídica com ações tanto da Defensoria Estadual, como os Ministérios Públicos Estadual e Federal, porque há um título condominial entregue desde 1988 para a comunidade. Tem uma discussão de quem é o dono do território. Aparece a empresa comprando, mas os moradores já tinham o título dado pelo Estado” diz o dirigente.

Para o movimento, a decisão do TJ desconheceu as questões técnicas que foram avaliadas favoráveis pelo juiz Douglas de Melo Martins. “A comunidade tradicional tem que ser respeitada, ser reconhecida. O juiz Douglas em várias questões técnicas, como a indefinição territorial e meio ambiente, tem dado decisões contrárias ao projeto do porto. O juiz tem todo o direito de ter amizades, de participar de eventos, assim como desembargadores também participam. Então,

ficamos assustados com o que está acontecendo e pelo que pode acontecer também”, opina Saulo Arcangeli, completando que até o momento 5 mil palmeiras de babaçu já foram derrubadas por ocasião da obra.

A comunidade também está se mobilizando para o embate direto, porque, segundo Arcangeli, não vai aceitar ser retirada do seu local de moradia e de trabalho, onde vivem da pesca e do extrativismo, principalmente.

Segundo informações da Vara de Interesses Difusos, o processo está suspenso, aguardando indicação pelo Tribunal de Justiça de novo juiz para analisar o processo, devido à suspeição do magistrado titular da Vara, Douglas Martins.



Não foi julgado o processo e, sim, uma causa incidental, que foi a suspeição do juiz, afastado dos processos por contrariar os interesses de uma parte (WPR) e porque estava cumprindo com a sua função. Estão sendo feitas as análises podendo, inclusive, haver uma representação no Conselho Nacional de Justiça

Claudio Castro,
Movimento de
Defesa da Ilha



RESERVA EXTRATIVISTA

O Cajueiro integra a Resex Tauá-Mirim, que abrange outras 11 comunidades: Taim, Vila Maranhão, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira. Seu ecossistema é formado por manguezais, várzeas e nascentes. Em 2007, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) reconheceu a região como uma

reserva, mas a homologação ficou a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que não finalizou o processo. O objetivo de formalização do local como reserva extrativista seria para garantir a conservação dos recursos naturais e proteger o modo de vida das populações tradicionais que habitam nela. A Resex abarca toda a área portuária de São Luís, parte do Distrito Industrial da capital

PORTO

No mês de março deste ano, foi lançada a Pedra Fundamental do Porto. A previsão é de que em três anos o Maranhão tenha o terminal portuário, com assinatura chinesa e parceria brasileira. O Porto São Luís estima movimentação de cerca de 10 milhões de toneladas ao ano. Na época, durante a colocação da pedra fundamental no local onde o porto deve funcionar, moradores contrários ao projeto realizaram protesto reivindicando menores interferências da empresa nos costumes e legado local. Os manifestantes fecharam ruas, e a polícia foi até o local para controlar a situação. Movimentos sindicais também participaram da mobilização com faixas e cartazes. Agora, esta mesma população, além de outros movimentos, se une para que o Tribunal de Justiça reveja a sua decisão de afastar o juiz Douglas dos processos relacionados à questão do Cajueiro. Sobre a relação com a comunidade, a WPR disse, à época do lançamento da pedra fundamental, que, desde que a aquisição da área do empreendimento, foram feitos levantamentos socioeconômicos na região e houve o cadastramento de todas as 90 famílias residentes. Segundo ainda a empresa, mais de 90% dos moradores já concluíram as negociações para venda de suas residências.

LUTA ANTIGA

A luta dos moradores pela disputa de território e contra a construção do porto no povoado Cajueiro vem de algum tempo, desde 2014. E um dos pontos polêmicos ainda discutidos na construção do Porto São Luís é a relação com a comunidade tradicional do lugar, diretamente atingida com o empreendimento na região. Com cerca de 500 famílias, o Cajueiro fica na zona rural de São Luís. O território é marcado por constantes conflitos: a área está cercada por fábricas de cimento, por uma usina termoelétrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale, cuja estrada de ferro passa ao lado. Ainda assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cajueiro está localizado numa das áreas mais pobres e desiguais do país e também é uma das mais poluídas - 4,5 vezes mais poluída que Cubatão (SP) nos anos 1990.

ENTENDA

O desembargador Luiz Gonzaga de Almeida Filho julgou procedente uma exceção de suspeição oposta por WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA em face do juiz de Direito da Vara de Interesse Difusos e Coletivos do Termo Judiciário de São Luís, Douglas de Melo Martins. O pedido de exceção seria para "determinar o afastamento do juiz Martins do processo de origem, devendo os autos serem remetidos ao seu substituto legal para que seja dado tratamento paritário às partes". Foram sete votos contra um, e uma abstenção (desembargador Paulo César Velten Pereira). Votou contra o desembargador Cleones Carvalho Cunha.



SÃO LUIS, Sexta-feira, 13

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA/OIMP/D.APRESS





HOMENAGEM

Projeto concede medalha a desembargador e a advogado

A Assembleia Legislativa aprovou os Projetos de Resolução Legislativa 046/18 e 049/2018, de autoria do presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), que concedem a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman” ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, e ao advogado e professor Fernando José Cunha Bel-

fort, respectivamente.

“Resolvemos homenagear essas duas personalidades pela relevância do trabalho prestado ao Estado do Maranhão, ao longo de suas carreiras no meio jurídico. Por isso, é mais do que justo e merecido outorgar-lhes esta que é a mais alta honraria concedida pelo Poder Legislativo estadual”, frisou o presidente Othelino Neto.

O desembargador José Jor-

ge Figueiredo dos Anjos é natural de São João Batista (MA) e foi nomeado juiz de direito do Poder Judiciário do Maranhão em 1987, tendo atuado nas Comarcas de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Viana e Caxias. No ano de 1997, foi promovido para o cargo de juiz auxiliar de São Luís, passando a atuar nos Juizados Especiais, Varas Cíveis e Criminais. Foi promovido para o cargo de juiz titular da 3ª Vara

da Fazenda Pública de São Luís em 2004.

De 2012 a 2013, José Jorge Figueiredo dos Anjos atuou como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, exercendo, em 2013, o cargo de Ouvidor daquela Corte Eleitoral. Em 2015, figurou pela terceira vez consecutiva na lista tríplice, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 40/2018
Processo nº 26.193/2018

Objeto: Registro de preços para posterior aquisição pelo Tribunal de Justiça de cafeteiras elétricas; Abertura: 26/07/2018 às 10:00h (horário de Brasília); Local: www.comprasgovernamentais.gov.br; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fone: (98) 3261-6181. São Luís/MA, 11 de julho de 2018.

Maurício Fernandes Lima - Pregoeiro do TJMA.

será entregue nesta sexta-feira

IMPERATRIZ, 166 ANOS

Lista apresenta novos comendadores de Imperatriz

Comenda Frei Manoel Procópio será entregue nesta sexta-feira



Instituída pela Lei nº 764, em 30 de junho de 1995, a Comenda Frei Manoel Procópio é a maior honraria concedida pelo Município de Imperatriz, devido ao aniversário de fundação da cidade. Na sua 23ª edição, a cidade contará com mais de 160 comendadores.

A entrega da medalha de mérito, cunhada em bronze, com escudo de Imperatriz, concedida pelo Poder Executivo Municipal, homenageia cidadãos que se distinguiram por serviços de excepcional relevância prestados à Imperatriz, proporcionando bem-estar social e grandeza material e espiritual de seu povo.

"Essa honraria simboliza o mérito das pessoas que foram e que são importantes para a cidade e, por isso, recebem esta justa homenagem do Município", observa o prefeito Assis Ramos. (Luana Barros-Ascom)



Padre Francisco Rodrigues da Silva: Nasceu em 1969, no povoado de São Félix, em Imperatriz. Graduiu-se em Filosofia, Bacharel em Teologia, Especialização em Filosofia e Desafios da Modernidade e em Políticas em Educação do Ensino Superior. Foi ordenado padre em 1999, na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em Cidelândia/MA. Foi Pároco da paróquia Menino Jesus de Praga em Imperatriz e atuou como Promotor Vocacional da Diocese de Imperatriz. Diretor Espiritual do Encontro de Casais de Vivência Conjugal, movimento ECVC e do Apostolado da Oração de Imperatriz, Pároco da Paróquia Santa Teresa D'Ávila e é Promotor Vocacional da Diocese de Imperatriz/MA.



Ortopedista Daniel Pereira da Silva: Nascido em Imperatriz, em 1983, é casado com Bhárbara Nascimento e pai de um casal de filhos, João Pedro de Maria Luísa. Coursou a educação básica em Imperatriz, e formou-se em medicina na cidade de Araguaína - TO. Especializou-se em ortopedia e traumatologia, no Complexo Hospitalar do Mandaqui, em São Paulo, em 2012. Em 2013, concluiu a subespecialidade em cirurgia de ombro e cotovelo. Logo em seguida, retornou a Imperatriz. Hoje, o Dr. Daniel lidera uma equipe de 20 cirurgões ortopedistas, que estão à frente dos atendimentos em traumas realizados pelo Hospital Municipal de Imperatriz. O resultado pôs o fim a longas filas de espera por cirurgias no HMI.



Deputado José Sarney Filho: é maranhense de São Luís, formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Conquistou seu primeiro mandato parlamentar em 1978, quando foi o mais votado para deputado estadual.

Na eleição seguinte, em 1982, obteve o primeiro dos seus nove mandatos consecutivos de deputado federal. Foi uma vez secretário de Estado, da pasta de Assuntos Políticos, e duas vezes Ministro do Meio Ambiente, e projetou-se mundialmente como um dos principais ambientalistas do planeta. Obteve reconhecimento mundial pela luta contra as agressões à Floresta Amazônica. Desta última vez como ministro, viabilizou e agilizou recursos da ordem de vinte e dois milhões de reais para a implantação do Aterro Sanitário de Imperatriz e para a recuperação da área às margens da Estrada do Arroz, degradada ao longo das décadas pelo Lixão Municipal, e que já vem causando danos inclusive ao Rio Tocantins. Trata-se de uma emenda de bancada que provavelmente se perderia em virtude das dificuldades orçamentárias do País, mas que, pela sua interveniência, já está assegurada e vai proporcionar aos imperatrizenses uma obra fundamental e de efeitos benéficos por todos os tempos.



Deputado João Marcelo Souza, 44 anos, casado com Wiltânia Guimarães, pai de João Pedro e Luiza, filho do senador João Alberto e de D. Therezinha. Psicólogo de formação, João Marcelo se dedicou à atividade política a partir 2014 quando eleito deputado federal. Defende como principais bandeiras a Saúde

será entregue nesta sexta-feira

Pública, a Segurança, as Questões Sociais e o Municipalismo. Na Câmara dos Deputados participa das Comissões de Seguridade Social e Família; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Direitos Humanos e Minorias. Também integrou as Comissões de Turismo; Cultura; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; a Subcomissão Especial para tratar das políticas de Assistência Social e Saúde da População Negra do País e a Subcomissão Permanente sobre Fontes de Recursos para incentivo à Cultura. Foi presidente da Comissão Especial que analisou o PLP 251/2005 (referente à despesa com pessoal na área da saúde). Atualmente é o primeiro vice-presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. João Marcelo vem trabalhando em parceria com o senador João Alberto na destinação e liberação de recursos de emendas parlamentares. Juntos já indicaram quase R\$ 200.000.000,00 (Duzentos Milhões de Reais) para as áreas da saúde, esporte, agricultura, infraestrutura urbana, desenvolvimento social, turismo e educação em diferentes municípios do Estado, dentre eles Imperatriz.



Presidente da Ascamari, Zezinho: 67 anos, nasceu em Matões-MA, e chegou em Imperatriz em 2008, filho de Francisco Lima de Frei-

tas e Terezinha Ferreira de Lima. José Ferreira Lima começou sua trajetória na cidade de forma voluntária e sem pretensão de ser catador. Depois de limpar um lote no Bairro Cafeteira, observou que muitas pessoas recolheram o material reciclado ali deixado, e, a partir desse dia, ele percebeu a importância desses resíduos.

Após ler os artigos de ambientalistas contidos em uma cartilha americana sobre meio ambiente, Zezinho se interessou ainda mais pela reciclagem, foi quando, por meio do projeto Reciclando Vidas, da Cáritas, nasceu a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz (Ascamari), em 21 de abril de 2010, em que é presidente. Tem o objetivo preservar o meio ambiente, lutar pelos direitos dos agentes ambientais e sua organização, além da instalação da coleta seletiva.



Professora Izaurea Silva: nascida em 1950 no povoado São Pedro, município de São Luís Gonzaga do Maranhão. Formada em Pedagogia, na UFMA de São Luís. Professora aposentada UEMA - Centro de Estudos Superiores de Imperatriz /CESI onde trabalhou 35 anos; pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão-IFMA/Campus Imperatriz. Militante fundadora do Movimento Negro no Maranhão, desde a década de 1980, e que culminou com a criação

do Centro de Cultura Negra-CCN "Negro Cosme". Já foi líder da Pastoral da Pessoa Idosa da Diocese de Imperatriz. Colaborou com a formação de centenas de jovens imperatrizenses tanto na educação básica como no ensino superior. Já recebeu o Título de cidadã imperatrizense.



Arnaldo Bruno Oliveira: Nascido em 1985, em Imperatriz. Estudou nas escolas Santa Teresinha e SESI. Tomou posse como Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na comarca de Imperatriz, aos 20 anos de idade, função que exerceu de forma juntamente ao exercício do magistério para concursos públicos em cursos preparatórios. Em 2013, fundou aquele que se tornou o maior grupo concurseiro do país para troca de informações e conteúdos relacionados ao segmento (atualmente, com mais de 75.000 membros). Em 2015, fundou o Curso Mege que em poucos meses tornou-se referência nacional em aprovações. Atualmente, são mais de 1.300 aprovações para os cargos de Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Defensor Público, Delegado de Polícia e Procurador do Estado e Município. Fundado em Imperatriz, o curso Mege tornou-se líder nacional com sedes em Fortaleza (CE), Brasília (DF), Governador Valadares (MG). Ainda em 2018, deve inaugurar novas estruturas no Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). O site do Mege recebeu mais de 11 milhões de visitas desde o seu lançamento, em 2015, até 03/07/2018. A base administrativa e tecnológica da empresa é situada em Imperatriz-MA.



ATÉ BREVE OU ATÉ NUNCA!

Como pré candidato à presidência da Seccional do Estado do Maranhão Data Vênia do "JP TURISMO", a partir do dia 15 de julho corrente. da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), em novembro próximo, sinto-me no dever ético e legal de me desincompatibilizar da presidência do SAMA - Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão, da direção jurídica da Central - Força Sindical e da coluna Retornaremos ao jornal no mês de dezembro.

Primeiramente quero agradecer

de coração a Deus e a todos os advogados e advogadas do nosso Estado que confiaram a mim e a meus companheiros e companheiras de sindicato a difícil, árdua e honrosa missão de representá-los perante os poderes constituídos.

Em segundo plano agradeço efusivamente ao diretor presidente do Semanário "JP TURISMO", Jornalista Gutemberg Marques Bogéa, que gentilmente nos concedeu o espaço, onde abordamos há mais de cinco (05) anos os principais problemas que envolvem a advocacia, os jurisdicionados, a sociedade e o judiciário maranhense, sempre abrindo destaque para criticar com veemência as práticas antigas, nocivas, condenáveis e que já deveriam ter sido suprimidas do cotidiano jurídico dos maranhenses.

Agradeço finalmente a grande legião de leitores e leitoras deste jornal que ao longo do tempo sempre foi fiel a este signatário e nos encontros casuais nas ruas ou através de mensagens eletrônicas sempre o incentivaram a dar continuidade à dura linha editorial dos artigos, todos inéditos no JP TURISMO e que de uma forma ou de outra estremeceram os bastidores dos poderes intocáveis do Maranhão, capaz inclusive de provocar somente em um ano (06) seis notas de repúdio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que estão guardados como troféus da incompetência.

Guto como é carinhosamente chamado, homem respeitado e de extrema coragem, exerce em seu jornal o papel do verdadeiro democrata, tato que aprendeu com o seu saudoso e competente pai. Jamais censurou uma matéria deste signatário ou mudou uma única vírgula a troco de uma compensação. Também soube até aqui enfrentar e segurar diversas pressões para exterminar a coluna Data Vênia. Sempre foi firme na defesa deste articulista que sempre enveredou pelo caminho da verdade das informações. Exigência suprema que Guto sempre pregou no seu trabalho.

A frente do SAMA, combatemos reiteradamente e com êxito as antigas jornadas ilegais que alguns magistrados cumprem por conta própria denominadas "TQQ" (terça, quarta e quinta) e "QQ" (quarta e quinta); denunciarmos venda de decisões, sentenças e liminares publicamente, plantões judiciais espúrios, assim como defendemos com afinco as prerrogativas dos advogados e nunca baixamos a cabeça para aqueles que se intitulam donos do poder e se julgam no direito de humilhar e ameaçar com prisão advogados (as) em serviço, dando nomes aos bois e promovendo representações no CNJ.

Entraremos agora na fase da pré campanha para tentar mudar a história da advocacia maranhense e sermos a melhor opção. Iremos explicar didaticamente aos nossos colegas advogados (as) como funcionará em nossa ótica AS INCUBADORAS DA ADVOCACIA, principal projeto de campanha que busca gerar renda e emprego aos novos advogados (as), assim como especializar em um (01) ano o novo advogado (a) em áreas do direito agrário, marítimo, ambiental, portuário, solo, enfim, em diversos ramos não saturados e onde a economia do Estado do Maranhão vem crescendo e precisa de profissionais preparados.

Buscaremos nesse período de pré campanha em que estaremos fora das atividades diárias do SAMA, que será comandado por outro colega altamente preparado, Dr. Danilo Guilbert (vice presidente), levando aos colegas advogados (as) o que pretendemos com o grupo - "A ORDEM É RECONSTRUIR", no âmbito do que denominamos "A NOVA ADVOCACIA", que será o novo enredo da classe daqui para frente. Esse grupo defende transparência na aplicação da jurisdição e um mercado livre e competitivo, onde não haja carta marcada para determinado grupo de pessoas atuarem em detrimento do coletivo.

Temos certeza de uma coisa: o nosso dever foi cumprido à frente do SAMA, além até de nossas expectativas, porque somos uma instituição que jamais arrecadou (um) 1 real. Mostramos para a nossa classe e para a sociedade maranhense que não precisa somente de dinheiro para se defender bem uma classe, mas acima de tudo de disposição, comprometimento, idoneidade e credibilidade.

O nosso dever foi cumprido, a nossa consciência é plena sobre este aspecto, mas a categoria é quem vai e deve julgar e escolher em novembro deste ano qual o tipo de dirigentes pretende colocar na OAB -MA.

É evidente que estamos preparados para esse julgamento. E foi exatamente por isso que o título do nosso artigo é ATÉ BREVE OU ATÉ NUNCA. Digo isto porque se formos eleitos para a OAB-MA, nosso aceno é um ATÉ BREVE. E se não logarmos êxito será um ATÉ NUNCA. Uma vez que daremos por vencido os nossos propósitos e seguiremos nosso destino.

Deixaremos um legado sim, caso o aceno seja ATÉ NUNCA: pulso forte para defender a nossa classe; intransigência na defesa das prerrogativas e nenhum temor dos super deuses do TJ/MA ou de qualquer outro poder.

O ano que vem teremos eleições para o SAMA. Somos contra a reeleição e em nenhuma hipótese seremos candidato. O sindicato é uma arma importante e poderosa que fundamos para os advogados (as). Se vencermos as eleições da OAB/MA, certamente que ficaremos apenas (03) três anos e que esta coluna sirva como um título executivo extrajudicial para os meus colegas. Os meus companheiros de grupo não precisam porque confiam em mim e eu neles. Mas o título será público o.

Afinal, tudo na vida é passageiro. Nada é eterno. ATÉ BREVE OU ATÉ NUNCA!

Mozart Baldez – Advogado

Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA

Judiciário registra avanços na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo

Em seis meses no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o desembargador Joaquim Figueiredo promoveu importantes ações institucionais para a modernização dos serviços prestados à sociedade pelo Poder Judiciário.

Entre as ações implementadas no período destacam-se a conclusão do cadastro do Banco de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0); assinatura de convênio com a Universidade de Girona, da Espanha, para realização de curso de Mestrado em Garantismo e Processo Penal; cumprimento do cronograma de expansão do Processo Judicial eletrônico (PJe); e investimentos importantes na área de segurança institucional.

Incluem-se também entre as atividades desenvolvidas o incentivo às ações do Plano de Logística Sustentável (PLS), como ferramenta

de gestão para o aperfeiçoamento contínuo dos gastos, uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; o mapeamento de competências das unidades funcionais representativas da Justiça de 1º e 2º Graus; o apoio ao trabalho desenvolvido pelos órgãos que desenvolvem atividades de cunho institucional, como a Casa da Criança, Cemulher, Unidade de Monitoramento Carcerário; além da dinamização da Ouvidoria e do Núcleo de Solução de Conflitos. O engajamento do Poder Judiciário no sentido de garantir mais eficiência na entrega da prestação jurisdicional está sendo pleno na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo. O objetivo é fazer com que os conflitos de interesses submetidos à apreciação encontrem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça, cumprindo-se o princípio da igualdade perante a lei.